

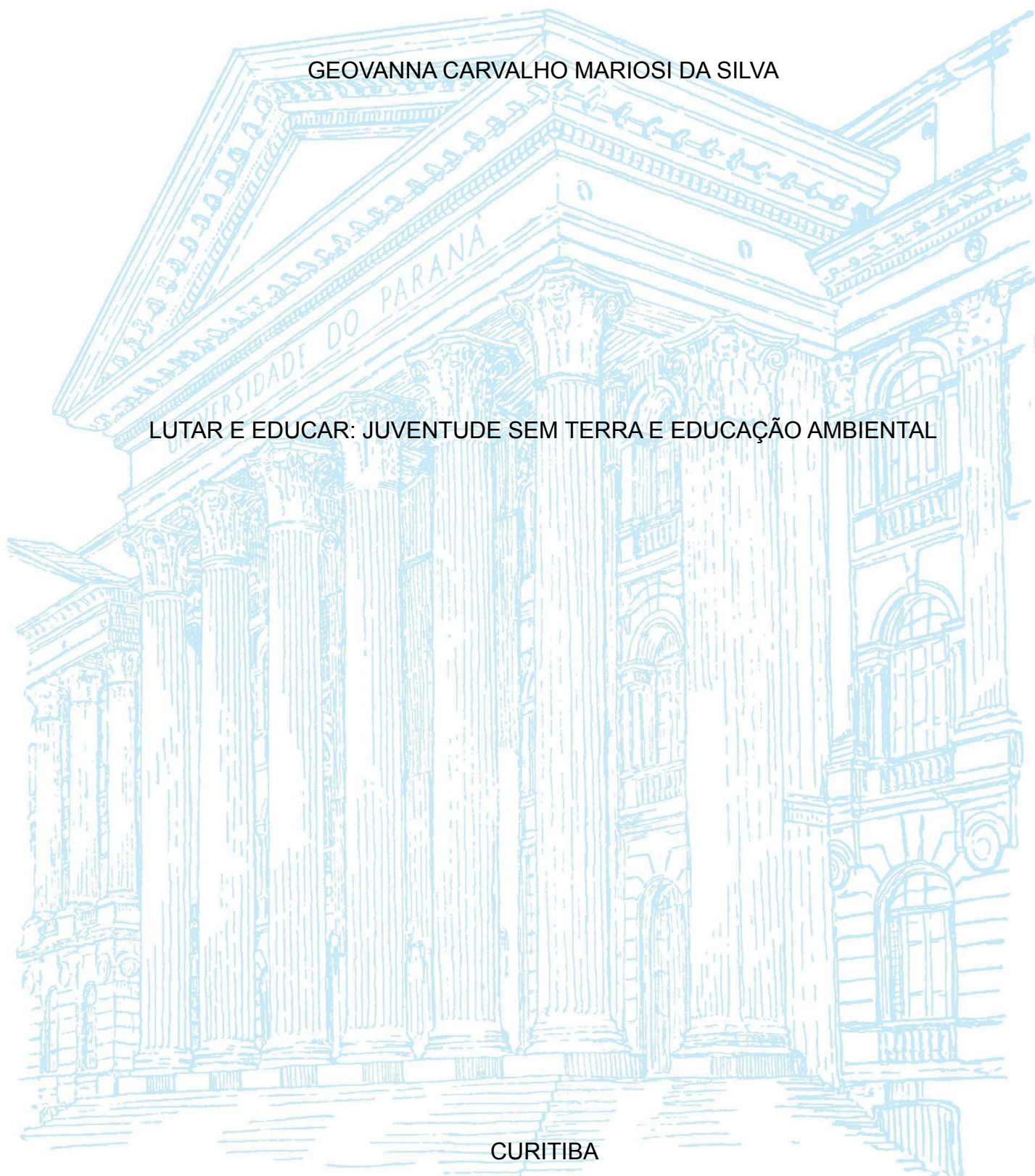
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GEOVANNA CARVALHO MARIOSI DA SILVA

LUTAR E EDUCAR: JUVENTUDE SEM TERRA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CURITIBA

2022



GEOVANNA CARVALHO MARIOSI DA SILVA

LUTAR E EDUCAR: JUVENTUDE SEM TERRA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carina Catiana Foppa

CURITIBA

2022

Dedico este trabalho a todos os sem-terra que me ensinaram o prazer de viver através da simplicidade. Para sermos felizes, basta um café passado no coador de retalhos na casa da Tia Paula.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e à Casa da Estudante Universitária de Curitiba. Finalizo o curso de Ciências Biológicas, pois tive acesso às políticas de permanência na Universidade Federal do Paraná e, sem isso, essa jornada não teria sido possível.

À minha orientadora, Carina, que firmou meus pés no chão com cuidado e carinho sempre que necessário, fazendo-me enxergar os horizontes possíveis e a beleza desta caminhada.

À minha mãe, Célia, que sempre acreditou no meu potencial e fez de tudo para que meus sonhos se tornassem realidade. Agradeço por sempre mostrar a todos o lado bom da vida e por preencher os ambientes onde está com muita alegria.

Ao meu companheiro de todas as vidas, Ricardo, que esteve comigo em todos os passos dessa caminhada que exigiu muito de mim. Agradeço pela sua paciência, carinho e pelo amor incondicional, com seu apoio tudo se tornou mais leve.

Ao meu irmão, Alexandre, que me ensina todos os dias sobre viver e ser feliz.

Ao meu pai, Plínio, que mesmo em outro plano se faz sempre presente ao meu lado. Seu sorriso ilumina minha caminhada todos os dias.

À Aline Maria, amiga e companheira de luta que estará sempre conosco nas lutas travadas nesta vida.

À Nathalia e Rachel, que me ensinam constantemente sobre amizade, permanência, amor e apoio, ter vocês ao meu lado a qualquer momento me dá fôlego nesta caminhada que é ainda mais bonita com vocês.

À minha família, que sempre esteve comigo, em especial, a Tia Paula, Tio Gué, Tio Mico, João Vitor, Eleidimar, Seu Otaviano, Isadora, Diego, Maura, Julia, Leonardo e meus avós, Sebastião Inácio e Maria de Lourdes que ainda pulsam vida nos pés de café plantados no terreiro.



*“Companheiros, vamos pra luta...”*

De punhos levantados, as crianças saúdam Pedro Bala, que parte para mudar o destino de outras crianças. Barandão grita na frente de todos, ele agora é o novo chefe.

De longe, Pedro Bala ainda vê os Capitães da Areia. Sob a lua, num velho trapiche abandonado, eles levantam os braços. Estão em pé, o destino mudou.

Na noite misteriosa das macumbas os atabaques ressoam como clarins de guerra.”  
(JORGE AMADO, 1937, p. 269)

## RESUMO

O presente trabalho buscou tecer uma reflexão acerca da importância de uma Educação Ambiental atrelada à luta pela terra, compreendendo essas reflexões como uma forma de resistência em um país tão desigual. Partimos, portanto, de uma discussão sobre crise civilizatória, soberania alimentar e Agroecologia para compreensão de quais práticas de Educação Ambiental envolvem a infância e juventude daqueles que fazem parte de Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil. Os relatos dos cinco artigos identificados na bibliografia acadêmica que relacionam Educação Ambiental (EA) e a Reforma Agrária partem da premissa da transversalidade da EA, a partir disso, compreendeu-se que diferentes áreas do conhecimento se agregam à luta pela terra, o que possibilita a incorporação da dimensão socioambiental junto à EA crítica em diferentes espaços. Por fim, ressalta-se que os cursos de Ciências Biológicas têm papel importante na incorporação dessa dimensão em seus currículos, contribuindo, desta forma, na formação de educadores críticos que promovam atividades pedagógicas que contribuam para uma sociedade mais justa socialmente.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Reforma Agrária. MST. Juventude Sem Terra. Assentamento Pirituba II.

## **ABSTRACT**

The present work sought to weave a reflection of the importance of Environmental Education linked to the struggle for land, understanding these reflections as a form of resistance in such an unequal country. We start, therefore, from a discussion on civilizational crisis, food sovereignty and Agroecology to understand which Environmental Education practices involve the childhood and youth of those who are part of the Agrarian Reform Settlements in Brazil. The reports of the five articles identified in the academic bibliography that relate Environmental Education and Agrarian Reform start from the premise of the transversality of Environmental Education, from this, it was understood that different areas of knowledge are added to the struggle for land, which allows the incorporation of the dimension socio-environmental together with critical Environmental Education in different spaces. Finally, it is emphasized that Biological Sciences courses play an important role in incorporating this dimension into their curriculum, thus contributing to the training of critical educators who promote pedagogical activities that contribute to a more socially just society.

**Keywords:** Environmental Education. Agrarian Reform. MST. Youth Sem Terra Assentamento Pirituba II.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – SEM-TERRAS EM SUA CASA DE COSTANEIRA

FIGURA 2 – FAMÍLIA SEM TERRA

FIGURA 3 – RETRATOS DE MINHA INFÂNCIA NO CAMPO

FIGURA 4 – TERREIRO

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DAS AGROVILAS

FIGURA 6 – DESFILE DE ANIVERSÁRIO DA AGROVILA I

FIGURA 7 – CRIANÇAS SEM-TERRINHA NA AGROVILA I

FIGURA 8 – CAPAS DAS EDIÇÕES ONLINE DAS REVISTAS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – ARTIGOS ENCONTRADOS NA SciELO

TABELA 2 – ARTIGOS ENCONTRADOS NO PORTAL DA CAPES

TABELA 3 – PUBLICAÇÕES PREVIAMENTE SELECIONADAS

TABELA 4 – REVISTAS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

BNCC	- Base Nacional Curricular Comum
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COAPRI	- Cooperativa dos Pequenos Produtores de Itapeva/SP
EA	- Educação Ambiental
EIC	- Educação Infantil do Campo
IFPR	- Instituto Federal do Paraná
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PIBID	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
Pronera	- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	- Partido dos Trabalhadores
ScieLO	- Scientific Electronic Library Online
UNESP	- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

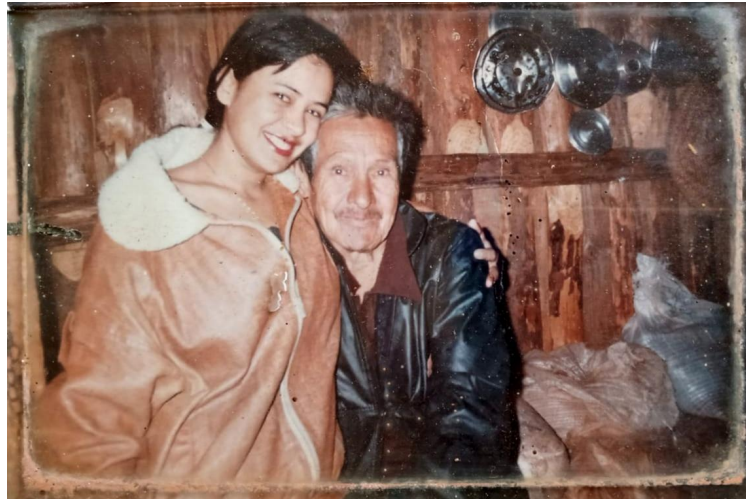
<b>1</b>	<b>MEMORIAL: DA LUTA À EDUCAÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CRISE CIVILIZATÓRIA, REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	
<b>27</b>		
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>33</b>
3.1	OBJETIVO GERAL	33
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	33
<b>4</b>	<b>CAMINHO METODOLÓGICO</b>	<b>33</b>
4.1	AS REVISTAS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA	41
<b>5</b>	<b>INTER-RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST NO BRASIL</b>	<b>43</b>
5.1	EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS DO MST NA BIBLIOGRAFIA	43
I.	SEMENTES DE DIVERSIDADE BROTANDO EM MEIO ÀS FISSURAS: AUTONOMIA CAMPESINA E A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS NA PAMPA SUL-RIOGRANDENSE (OLIVEIRA, 2017)	43
II.	O EDUCAR-SE NO CAMPO: CANETA, ENXADA E BOTÂNICA CAMPONESA (KÖHLER <i>ET AL.</i> , 2018)	45
III.	DA TEIMOSA RESISTÊNCIA NASCE A ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO MADRE CRISTINA (SOARES; SENRA, 2019)	46
IV.	O MST E A AGROECOLOGIA: ENTRE AUTONOMIA E SUBALTERNIDADE (ALIAGA; MARANHO, 2021)	47
V.	EDUCAÇÃO INFANTIL: DOS JARDINS DE FROEBEL AOS CAMPOS DE ARARAQUARA-SP (SANTOS <i>ET AL.</i> , 2021)	49
5.2	A REVISTA DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA	50
<b>6</b>	<b>PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS ESCOLAS EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL</b>	<b>52</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>57</b>



## 1 MEMORIAL: DA LUTA À EDUCAÇÃO

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa se deu pela minha relação familiar com o território do Assentamento Pirituba II, localizado em Itapeva (SP), onde minha família vive atualmente. Meus avós maternos, Sebastião Inácio e Maria de Lourdes, já falecidos, junto à minha mãe, meus tios e tias, ocuparam a então Fazenda Pirituba, em 1984, que viria a se tornar o Assentamento Pirituba II no mesmo ano. Ali, grande parte da família vive até o momento em distintas áreas do Assentamento. A Figura 1 mostra minha mãe e meu avô em sua casa de costaneira já construída, cerca de 10 anos após a conquista da terra.

FIGURA 1 – SEM-TERRAS EM SUA CASA DE COSTANEIRA



FONTE: Acervo pessoal (2022)

A Figura 2 mostra minha família e amigos em frente à sua casa, que estava sendo construída em madeira, após a conquista da terra.

FIGURA 2 – FAMÍLIA SEM TERRA



FONTE: Acervo pessoal (2022)

Durante minha infância e adolescência a casa dos meus pais, Célia e Plínio, situava-se na área urbana de Itapeva, no Estado de São Paulo. Durante todos esses anos sempre passei longos períodos no sítio, convivendo com as práticas, costumes e a cultura local que cercava minha família materna, não somente os que viviam e ainda vivem no Assentamento Pirituba II, mas também familiares de outras regiões rurais como o Tomé, situado no Distrito de Itaberá, também em São Paulo. A Figura 2 mostra retratos da minha infância, momentos marcantes para a construção do meu aprendizado sobre a importância dos saberes e práticas locais.

FIGURA 3 – RETRATOS DE MINHA INFÂNCIA NO CAMPO



FONTE: A autora (2022)

Há cerca de sete anos transito entre Curitiba, onde cursei Ciências Biológicas na Universidade Federal do Paraná, e Itapeva, onde minha mãe atualmente tem sua própria casa na área I, como os moradores popularmente chamam a Agrovila I, dentro do Assentamento Pirituba II. Na figura 3 é possível observar duas imagens: a de cima é de meados de 2000, onde trato das galinhas no terreiro da casa da minha Vó Lourdes, e a de baixo em 2022. Ambas retratam o mesmo lugar, e é possível observar o passar do tempo pelo crescimento do arbusto ao fundo.

FIGURA 4 – TERREIRO



FONTE: A autora (2022)

Cresci no ambiente urbano tendo avós, tios e mãe assentados, portanto, durante toda a minha vida estive transitei entre o campo e a cidade com frequência semanal. Sempre que íamos à casa dos meus avós me sentia em casa. Contudo, estar nesses diferentes espaços dificultou, durante muitos anos, minha percepção do que de fato constitui as minhas raízes e de como eu me enxergava. Hoje reconheço minha identidade camponesa, algo que só foi possível depois de uma

longa trajetória para além do campo. As minhas vivências da infância, juventude e vida adulta dentro do Assentamento Pirituba II me motivaram ao desenvolvimento do presente trabalho, em decorrência das práticas, saberes e modo de viver por mim experienciados durante minha trajetória de vida. Para que as próximas juventudes possam também vivenciar a autonomia do campo, faz-se extremamente necessária a proteção de saberes locais, fortalecimento de memórias e identidade.

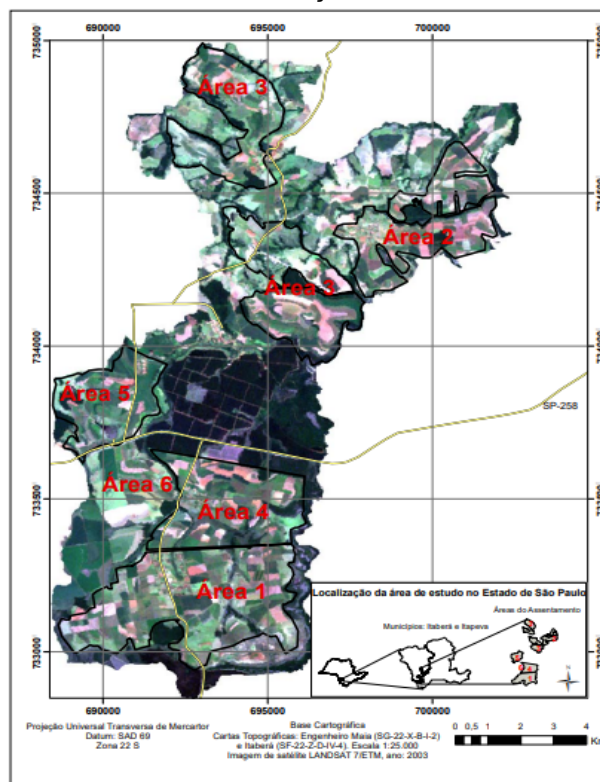
Há diversas possíveis denominações para caracterização de quem reside dentro de um assentamento da Reforma Agrária e que se relacionam com seus modos de vida e organização social, como, por exemplo, camponeses, assentados, caipiras, sem-terra, sitiantes, entre outros. Contudo, muitos não se identificam com nenhuma dessas caracterizações. Para fins de escrita, de forma provisória<sup>1</sup>, utilizei, de forma combinada, os termos camponeses, agricultores e assentados, para identificação dos sujeitos que são parte da pesquisa, sendo estes termos alternados de acordo com o contexto e perspectiva e por fazerem parte dos termos que se encontram com a minha história.

De acordo com Roman (2019), o Assentamento Pirituba II constituiu-se em assentamentos no formato de seis agrovilas em uma área pública do governo do Estado de São Paulo, por meio da luta de trabalhadoras e trabalhadores pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

---

<sup>1</sup> Acredito que a vida nos permite ressignificar nossa trajetória a todo instante, e por isso essa provisoriedade está presente.

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DAS AGROVILAS



FONTE: (SHIMBO, 2006)

O Projeto do Assentamento Pirituba II teve seu processo de lutas e conquistas iniciado por volta de 1947 na fazenda. Segundo Reis (2013), a primeira ocupação de 1981 contou com cerca de 250 famílias e 1250 pessoas, as quais, posteriormente, vieram a compor a organização do MST. Esse processo teve continuidade em outras áreas (agrovilas) da Fazenda Pirituba nos anos de 1986, 1989, 1992 e 1996 e, ainda de acordo com Reis (2013), nessas áreas, tornaram-se assentados os filhos dos pioneiros que ocuparam a área em 1981<sup>2</sup>.

A disputa pela região antecede a ocupação da Fazenda Pirituba II, que é datada do início da década de 1950, sendo o local diversas vezes foco das autoridades estaduais e regionais, para obtenção de fins lucrativos, com a finalidade de industrializar cada vez mais o Estado de São Paulo em prol do nacionalismo. O governador Adhemar de Barros (1947-1951) projetou a ampliação da lavoura de trigo em terras que hoje abrigam as agrovilas. Essas terras brasileiras foram

<sup>2</sup> Como o caso da minha tia mais velha, que pela idade, já era casada e participou de uma ocupação na área V em 1992, e ali reside com a grande maioria de seus filhos até hoje.

entregues aos italianos que deveriam vir à região para fomentar uma grande campanha de abastecimento interno de trigo e estes fazendeiros passaram a dominar a região. Neste ponto, iniciou-se um processo de precarização que afetou os camponeses que se estendeu por décadas (MARTINS, 2022).

A luta pela terra na região sudeste do Estado de São Paulo é resultado da ocupação do território, expressado pela luta de classes, que gera políticas públicas de reforma agrária. Durante todo esse processo estiveram presentes pressões e violência por parte do Estado e de grandes produtores (REIS, 2013). Mesmo após a conquista do território, a resistência da comunidade precisou se manter forte. Como se não bastasse as enormes dificuldades enfrentadas pela ausência de assistência governamental adequada e a negligência do estado frente às necessidades básicas, assentados tiveram que lidar com ataques diretos à soberania alimentar por autoridades locais, como relatado por Lourdes Sánchez, assentada na área VI<sup>3</sup>:

[...] houve uma vez foi um despejo muito feio, né. Estávamos em uma área perto da agrovila II, diante de onde nós estamos agora, onde estamos assentados. Onde veio uma ordem de despejo, e tínhamos uma pequena área de feijão para uso, consumo da comunidade das famílias acampadas, e veio o batalhão de polícia com trator. O batalhão de polícia cercou a área de plantio, cercou a área onde tínhamos plantado feijão, cercou de policiais, e entrou o trator adentro e moeu toda a plantação de feijão que ia ser alimento para as famílias. Moeu tudo na frente das famílias. As famílias em volta, chorando, vendo a comida sendo destruída. Então, essa vivência foi muito forte, mas que ao mesmo tempo deu muita energia, muita coragem para continuar na luta, e correr atrás de resistir na luta. Marcou, mas marcou para a resistência, para continuar a resistência, essa foi uma das vivências. (MARTINS, 2022, p. 19)

A alimentação com qualidade é essencial para manutenção da vida e a produção de alimentos agroecológicos proporciona a base de uma soberania alimentar, que se dá, especialmente, com a produção e colheita de alimentos básicos e diversos, de acordo com a capacidade de produção de cada país, garantindo qualidade de vida e uma alimentação adequada (ALTIERI, 2010). Para que a soberania alimentar seja possível, os agricultores devem ter acesso à terra, sementes e água, de maneira que a autonomia se dê em âmbito local, gerando,

---

<sup>3</sup> A pesquisa de Giovana Martins (2022) diz respeito ao seu Trabalho de Conclusão de Curso em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa, em que eu participei como interlocutora da pesquisa em uma entrevista para o desenvolvimento do trabalho. Giovana Martins trouxe apontamentos importantíssimos que relacionam a juventude sem-terra à história local, para melhor compreensão da história local, recomendo a leitura completa de seu trabalho.

assim, uma menor cadeia de distribuição de alimentos, mas mais eficiente e menos dispersiva (ALTIERI, 2010).

Uma das maneiras de se obter uma soberania alimentar é por meio da Reforma Agrária, que busca um novo modelo produtivo em contrapartida ao agronegócio (REIS, 2013). Dentro deste cenário, encontram-se os assentamentos de Reforma Agrária que buscam, em conjunto com a comunidade escolar, a realização de uma Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. De acordo com Tristão (2016), a existência de experiências e escolas que incorporam seu cotidiano no ensino e que fogem da homogeneidade é considerada como um ato político e de militância. Há uma grande diversidade de relação das escolas com seus territórios e, à exemplo do Assentamento Pirituba II, pode-se citar a entrega de alimentos produzidos no laticínio “Raízes da Terra”, em 2012, às prefeituras de Bom Sucesso de Itararé (SP) e Itaberá (SP) pelo Programa Alimentação Escolar, fornecendo alimentos (REIS, 2013).

Iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Aquisição do Governo Federal permitem preços mais justos, além de proporcionar maior diversidade na produção de hortifrutigranjeiros, gerando, também, o aumento na renda das famílias agricultoras e proporcionando acesso a alimentos de qualidade aos moradores locais (REIS, 2013).

Com o passar dos anos, as lutas se desenvolveram em outros âmbitos, inclusive na área da Educação. De acordo com Martins (2022), as Instituições de Ensino Público para as agrovilas não se restringem a espaços de conhecimento, mas, sim, constituem-se como representações de lutas organizadas ao longo dos anos. É relatado pela entrevistada da pesquisa, Fernanda Ramos, que a Educação Infantil foi uma conquista fomentada a partir da necessidade relatada pelas mães das agrovilas, visto que a mão de obra feminina sempre esteve presente na lavoura. Atualmente, muitas mulheres das agrovilas não possuem trabalho formal, contudo, é notável sua presença em atividades de agricultura familiar e em atividades de extrativismo, como a extração de látex em monoculturas de *Pinus elliottii* na região, espécie muito presente dentro das áreas de plantação nas agrovilas e também no entorno de propriedades privadas. A partir da fala de outra entrevistada, minha mãe, Célia Aparecida de Carvalho, Martins (2022) aponta que as práticas educativas

desenvolvidas na escola promovem a compreensão deste espaço como local de permanência, manutenção e representatividade da luta camponesa.

É muito diferente da nossa juventude, que se você quisesse era difícil mesmo. A minha, por exemplo, eu poderia ter estudado antes também, né, porque a vários anos atrás ninguém me incentivou por exemplo, a pegar e estudar fora, como fez o Eleidimar o meu esposo. Ele, foi difícil, né, é diferente da juventude e agora, olha temos escola aqui, como eu te falei, desde a educação infantil até o ensino médio. Tudo é mais fácil'. Célia que parou de estudar pela primeira vez na quarta série, somente retomando seus estudos depois de casada, relata a dificuldade da sua geração no acesso à educação. Para ela, que interrompeu a fase de educação formal porque 'prefeito parou de mandar transporte, na troca de políticas, aí a gente ficou sem, e aí que parei e não voltei. (MARTINS, 2022, p. 43)

Minha mãe teve dificuldades para a continuação de seus estudos na época da ocupação e a viabilidade de estudos presente hoje nas agrovilas se mostrou muito significativa para a juventude. No cenário passado, é nítido o descompromisso das autoridades locais para com a comunidade assentada, a qual esteve, por muito tempo, à deriva do poder público. Frisamos, portanto, a importância das instituições estarem presentes no campo para as populações camponesas (MARTINS, 2022).

Atualmente, há três escolas públicas na Agrovila I, localizada no município de Itapeva (SP), que atendem crianças residentes nas Agrovilas I, IV, VI e, também, fazendas fora do assentamento. A Escola Municipal Terezinha de Moura Rodrigues Gomes atende desde o berçário até o Ensino Fundamental II, e nela há estudo e implementação de um Projeto de Educação do Campo desde 2009 (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO ITAPEVA, 2022). A Escola Estadual Governador Franco Montoro, por sua vez, atende o Ensino Fundamental II, e a Escola Estadual Agrovila I, que atende o Ensino Médio. A existência destas escolas proporciona que as crianças e jovens da região possam hoje concluir seus estudos sem precisar ir até a área urbana como acontecia antigamente, por negligência pública, como relata Martins (2022).

É de conhecimento geral que a comunidade se relaciona com as escolas em diversas ocasiões, como o Encontro Regional dos Sem Terrinha, e em comemorações como festas juninas e o aniversário da Agrovila I. Conforme Martins (2022), há diferentes caminhos de ensino e aprendizagem neste território e estes não se limitam ao âmbito escolar. Isto se apresenta por dinâmicas fomentadas pela comunidade assentada, como a construção de eventos formativos. À exemplo, temos o primeiro módulo do Curso Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia,

realizado em 2017 pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), na Cooperativa dos Pequenos Produtores de Itapeva/SP (COAPRI). Em atividades como estas, os assentados se organizam com a distribuição de tarefas para que o evento seja possível e conta-se com a colaboração da comunidade para auxiliar em demandas, desde a organização das refeições até as atividades pedagógicas do curso. Minha família materna sempre esteve presente nesses eventos, atuando, principalmente, no apoio à cozinha. Carrego lembranças da infância que rememoram esses eventos e a participação das cirandas, espaço destinado às crianças. A Figura 6 apresenta fotografias do desfile realizado na Agrovila I, no aniversário do bairro, em 13 de maio. O evento contou com a presença da comunidade e as crianças estiveram presentes.

FIGURA 6 – DESFILE DE ANIVERSÁRIO DA AGROVILA I



FONTE: A autora (2022)

As mobilizações no contexto da luta pela terra no Brasil, onde as crianças, como sujeitos históricos e de direito, têm sua presença marcada, proporcionam a elas visibilidade, presença na luta e protagonismo na construção de sua identidade sem-terrinha. Essa construção se dá a partir da infância da classe trabalhadora e numa perspectiva contra-hegemônica. As práticas nestes espaços de luta devem ser pautadas numa educação política e que considere a organização das crianças do campo como importante fator (RAMOS; AQUINO, 2019). A figura 7 mostra meus primos: Diego, João, Deibe e Tatiana (da esquerda para a direita) na Agrovila I, quando crianças.

FIGURA 7 – CRIANÇAS SEM-TERRINHA NA AGROVILA I



FONTE: Acervo pessoal (2022)

Quanto à juventude e sua relação com o território, Martins (2022) evidencia semelhanças e divergências entre a juventude da década de 1980, que esteve presente nas ocupações na Fazenda Pirituba II, em relação a juventude do século XXI. Apesar disso, todo o histórico de luta pela terra ainda exerce relevância na vida dos assentados e se faz também presente na narrativa dos filhos de assentados, com efeito, estas memórias são importantes para a juventude.

A compreensão acerca dos meus laços com o campo aconteceu somente após a saída do interior e a ida para a cidade grande, em Curitiba. Muitos dos costumes que aprendi e que se perpetuam com a minha família eram inexistentes nesse novo ambiente, em diversos âmbitos. Primeiramente, senti a ausência de alimentos da agricultura familiar, os quais tive livre acesso em grandes quantidades para a subsistência, o que sempre foi proporcionado a mim e à minha família pela existência de práticas agroalimentares em nossa comunidade, como fazer o próprio colorau para cozinhar; criar galinhas, porcos, bois, patos e coelhos; tirar leite da vaca; plantar vegetais para subsistência; colher frutas para o almoço, para fazer sucos, ou recolher ovos para um bolo; colher temperos verdes para uma receita ou cortar cana para chupar num dia quente, depois de um mutirão para colheita do feijão. Além disso, destaco que tudo isso é compartilhado com parcimônia entre

parentes e não-parentes dentro da comunidade, onde praticamente todos se conhecem, já na cidade, isto é mais raro.

Outro aspecto que trouxe à tona esse laço com o campo foi perceber que nem todos que vivem no interior são multiplicadores dessa prática, muito pelo contrário, a grande maioria vive em áreas urbanas e possui outro modo de vida. Nestes anos em Curitiba fiz muitas amizades com sem-terras, como minha grande amiga Aline Maria, vítima da pandemia da Covid-19. Amizades como esta foram essenciais para que pudesse me reconhecer como camponesa. Destaco no trecho abaixo como Aline teve grande influência nesse processo para mim.

[...] Com o passar dos meses, comecei a reconhecer nela uma identidade a qual antes não me era nítida: a identidade sem-terra. Quando cheguei em Curitiba, pouco sabia do MST na teoria, apesar de muito o ter vivido na prática, e Aline com seus hábitos me fez perceber o quanto aquela identidade sem-terra também me pertencia. Para nós, assentadas, filhas e netas de assentados da reforma agrária, é um privilégio desfrutar de um ensino público superior, mas não é fácil. Por centenas de vezes pensei em desistir, por não me reconhecer no espaço de uma capital, por não me reconhecer naqueles costumes curitibanos, por não me sentir parte. Em todos esses momentos, Aline estava presente. O mais bonito de tudo é que eu não precisava me abrir, era ela que vinha até mim. Chegava na CEUC<sup>4</sup> com um milho da roça e me oferecia. Fazia uma jantinha gostosa bem no dia que eu precisava de uma comidinha caseira e me chamava para comer. Contava um caso da sua vida quando eu precisava de companhia. Me dava um bom dia sincero quando eu mais precisava. Aline era assim: ela fazia o bem enquanto existia, o correr do dia dela era cheio de bondade. Reconheci nela a cooperação que sempre vivenciei dentro do assentamento, mas que por algum motivo não era comum a Curitiba, de maneira geral. Na Aline, eu encontrei uma casa, um conforto, um porto seguro. (TERRA DE DIREITOS, 2021, p. 254 e 255)

Destaco o papel que a Agroecologia como ciência teve em minha vida, por me mostrar a relevância e valorização de tudo que é e que sempre foi feito no campo, por mãos como as minhas, mãos camponesas. Foi a Agroecologia como movimento que me proporcionou compreender as dimensões em que se desdobram os saberes do campo, nela compreendi o meu valor como estudante de Biologia que foge dos padrões impostos pela academia e que luta pela existência de discussões pautadas no âmbito socioambiental, que reconhecem as comunidades como parte da natureza. Cabe destacar que a grande maioria das experiências que tive com a

---

<sup>4</sup> Casa da Estudante Universitária de Curitiba, política de permanência da Universidade Federal do Paraná que me proporcionou viver em Curitiba durante toda a graduação em Ciências Biológicas, de 2016 a 2022.

Agroecologia foram extracurriculares, por meio de cursos de extensão de outras universidades em parceria com o MST, palestras, eventos e oficinas.

Ao tempo em que a Agroecologia se fez presente na minha trajetória durante uma busca ativa por esse contato, a Educação Ambiental também esteve ali, mas dentro da própria Universidade, por meio da Extensão, do Licenciamento e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Estes projetos permitiram meu contato inicial com a Educação Ambiental, e a cada nova experiência surgiam novas perspectivas. O contato contínuo com a Educação Ambiental nos últimos cinco anos me permitiu a compreensão de sua complexidade e, quanto mais aprendo, mais percebo que ainda há muito que se aprender. A Educação Ambiental no ambiente universitário, muitas vezes, foi um refúgio para mim, por ser um espaço acolhedor e que vê o outro, ao menos em minhas experiências. Poder contar semanalmente com esse espaço no qual eu pude explorar e desenvolver minhas competências como futura educadora foi essencial para a minha formação pessoal e profissional. Durante este caminho, compreendi que a Educação Ambiental se dá de diferentes formas, mas independente da maneira como acontece, é necessário que haja respeito e responsabilidade com as ações desenvolvidas para que sejam significativas.

## **2 CRISE CIVILIZATÓRIA, REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Os caminhos tomados pela humanidade nos últimos séculos trazem reflexões acerca de para quais horizontes estamos rumando. Porém, do que se constitui a humanidade? Para Krenak (2020), a humanidade engloba não somente a espécie *Homo sapiens*, mas, sim, toda a imensidão de seres existentes no planeta. Ailton Krenak aponta que, ao longo da história, um clube exclusivo da humanidade foi devastando tudo ao seu redor, seja matando leões, para pendurar em suas paredes e mostrar maior imponência, seja explorando a natureza por luxúria, para além, todos que não pertencessem a essa “casta” da humanidade seriam/são considerados como sub-humanidade. Neste caminho, diversos grupos foram deixados à margem, como os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, também a

natureza, em seu valor intrínseco, no caminho que almeja o dito progresso, como se precisássemos ir a algum lugar (KRENAK, 2022).

Apesar de serem apenas uma parcela dos seres que vivem neste planeta, suas ações impactam diretamente tudo que está no globo terrestre e, na grande maioria das vezes, de maneira devastadora.

Com todas as evidências, as geleiras derretendo, os oceanos cheios de lixo, as listas de espécies em extinção aumentando, será que a única maneira de mostrar para os negacionistas que a Terra é um organismo vivo é esquartejá-la? Picá-la em pedaços e mostrar: “Olha, ela é viva”? É de uma estupidez absurda. (KRENAK, 2022, p. 18)

De acordo com Krenak (2022), essa ideia de humanidade pode vir a se dissolver diante dos acontecimentos que se desdobram no cenário global, como o agravamento das consequências das mudanças climáticas.

Alguns críticos dizem que não, que esses caras sempre tiveram uma capacidade incrível de transformar a crise em oportunidade para ficarem mais concentrados e mais ricos, mas isso também tem limite. Até uma lei da física mostra que nada pode se concentrar tanto assim, por isso alguns reatores nucleares vazam — ou explodem. (KRENAK, 2020, p. 17)

Conforme aponta Leff (2006), a problemática ambiental surge como uma crise civilizatória que envolve a cultura ocidental, a racionalidade da modernidade e a economia do mundo globalizado.

Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da outridade. (LEFF, 2006, p. 15)

A percepção dos reais valores que respeitem todas as formas de vida e a natureza, intrinsecamente, é imprescindível para que o viver seja garantido a todos na Terra. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNICEF, 1948), em seu artigo 25, diz que todo ser humano tem direito a um padrão de vida que assegure a si e seus familiares saúde, bem-estar, alimentação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. Evidencia-se, porém, grande divergência entre o que é garantido neste documento e o que de fato observa-se no mundo. A insegurança alimentar, por exemplo, é uma condição onde não há acesso pleno e permanente aos alimentos e a fome é a circunstância mais grave neste cenário. Ao final de 2020,

havia 19,1 milhões de brasileiros que conviviam com a fome. Em 2022, esse número aumentou, atualmente são 33,1 milhões as pessoas que não têm o que comer no Brasil (OLHE PARA A FOME, 2022). Para além de números, devemos enxergar pessoas, que carregam consigo histórias, saberes e costumes – não são somente números. Destaca-se, portanto, a importância das metodologias qualitativas dentro dos estudos envolvendo as Ciências Biológicas.

Apesar de o Brasil ser conhecido mundialmente por sua grande área de terras cultiváveis, a maior parte de suas produções se dão em monoculturas que se uniformizam, ao contrário das florestas (SHIVA, 2005), e não se destinam à alimentação humana, mas, sim, à produção de *commodities*, como a soja. Apesar do benefício econômico para alguns setores, esse sistema traz grandes riscos ambientais, sociais e econômicos a outros setores, além de ser um potencial causador de problemas de saúde pública e humana, em detrimento do grande uso de agrotóxicos em suas plantações (ALTIEIRI, 2010).

Apesar disso, ainda há muito alimento sendo produzido no mundo e, mesmo assim, ainda existe a fome. Perguntamo-nos, portanto, como isso é possível? Engana-se quem pensa que a fome se relaciona com a quantidade de alimentos disponíveis no mundo – muito pelo contrário. No mundo em que vivemos, o alimento tornou-se mercadoria e a fome se reproduz no sistema capitalista. A apropriação da alimentação pelo capital perpassa a ocupação do solo e de propriedades rurais. De acordo com Teixeira (2022), isto está diretamente relacionado com a expulsão de famílias camponesas do campo. A produção de alimentos que parte deste complexo sistema agroindustrial gera a fome, além de produzir alimentos pouco diversos e com baixa qualidade nutricional, devido à utilização de agrotóxicos em suas culturas, comprometendo a saúde dos seres humanos (TEIXEIRA, 2022) e não humanos.

Há, contudo, muitas pessoas que fogem deste cenário e destacam-se por desenvolverem atividades que cumpram com o compromisso de produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro por meio da cooperação agrícola, movimento baseado na ajuda mútua e no fortalecimento da solidariedade e da parcimônia. Os assentamentos de Reforma Agrária, por exemplo, assentam 450 mil famílias por todo o Brasil e, atualmente, há nestes territórios: 160 cooperativas, 120 agroindústrias e 1900 associações (MST, 2022). A produção de alimento dentro destes territórios, apesar de acontecerem em sua grande maioria em pequena

escala e em diversas terras, passam por diversas mãos e geram uma grande variedade de alimentos, além de gerar renda e segurança alimentar para as famílias agricultoras. A produção de arroz orgânico ilustra bem essa situação, em que famílias agricultoras tornaram-se as maiores produtoras de arroz orgânico da América Latina há dez anos (MST, 2022).

O cenário enfrentado por camponeses da Reforma Agrária em um Brasil de luta, resistência e ocupação de terras atravessa gerações. O Assentamento Pirituba II, enquanto lugar de socialização, apresenta um histórico de lutas travadas em benefício de famílias camponesas da região, sendo a cooperação fator de destaque nestas relações. Os jovens participantes da pesquisa de Giovana Martins (2022) dão grande importância para a sociabilidade em suas trajetórias, vendo-a como elemento construtivo do espaço. Compreendeu-se que estes jovens desviam-se do ideal hegemônico por possuírem suas próprias cadeias de sociabilidade, as quais foram originadas a partir das dinâmicas socioculturais locais e de suas vivências. É possível notar a grande influência do papel familiar na identificação com o campo, o que acontece com jovens de famílias militantes. Nota-se, entre esta juventude, o desejo de permanecer no campo, muito em razão da cultura local, mas a materialidade dificulta a permanência desses sujeitos em seus territórios (MARTINS, 2022).

Neste contexto, o surgimento da expressão “Educação Ambiental” relaciona-se com os debates da temática ambiental em nível internacional pela grande repercussão do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Louise Carson (1962), que permitiu a compreensão das diversas consequências do uso de agrotóxicos em larga escala no período após a Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2017).

Nas décadas que se seguiram, diversos encontros em nível internacional foram realizados, como a Conferência de Estocolmo (1972), a criação de instâncias como a Secretaria Especial do Meio Ambiente (1973) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (1984), assim, a Educação Ambiental aos poucos foi tomando forma. Então, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados com a proposição de que a temática do “meio ambiente” estivesse presente de maneira transversalizada e integrada em todos os níveis de ensino (OLIVEIRA, 2017). Apesar disso, Trein (2008) pontua que o espaço escolar induz o pensamento

de que a temática deve ser prioritária no ensino de Ciências, o que não corrobora com a complexidade de uma abordagem efetiva de Educação Ambiental.

Atualmente, há diversas tendências relacionadas à prática educativa da Educação Ambiental. Layargues e Lima (2014) afirmam que as correntes político-pedagógicas da Educação Ambiental são multifacetadas quanto as suas possibilidades para se pensar a educação, o ambientalismo e a sociedade. Sendo assim, pode-se compreender a Educação Ambiental como descrita por Letícia Oliveira (2017, p. 31), “EA é um resultado das concepções sobre esses conceitos, influenciando e modificando o pensar e o agir dos educadores”.

Layargues e Lima (2014) assumem em seu trabalho a existência de três macrotendências como modelos político-pedagógicos para a Educação Ambiental. A primeira é a dita "Conservacionista", a qual vincula-se aos princípios da ecologia no que diz respeito à relação do ser humano com a natureza, partindo de princípios de ações individuais e mudanças de comportamento no que diz respeito ao meio ambiente. Esta macrotendência distancia-se da transformação social por não englobar as dinâmicas sociais, políticas, e conflitos em suas ações. A segunda é a “Pragmática”, que se relaciona com o Desenvolvimento e Consumo Sustentáveis, na qual a lógica do mercado predomina sobre as esferas sociais. A terceira é a “Crítica”, que aglutina as correntes de Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e o Processo de Gestão Ambiental, e tem como objetivo enfrentar as desigualdades sociais e buscar justiça socioambiental.

Ao considerar as relações existentes entre cultura e natureza, Tristão (2016) aponta a existência de desafios enfrentados pela Educação Ambiental advindos da contemporaneidade, concebendo-os de maneira entrelaçada: i) enfrentar a multiplicidade de visões; ii) superar a visão do especialista; iii) superar a pedagogia das certezas; iv) superar a lógica da exclusão; v) a descolonização do pensamento.

Ao tomar como premissa que a Educação Ambiental compõe um espaço do campo ambientalista e autônomo, que leva em consideração o campo educacional, seus propósitos, cultura, saberes, espaços escolarizados e práticas, constata-se a grande potência de atravessamento da Educação Ambiental em territórios de Reforma Agrária no Brasil. Além disso, alguns autores apontam que a institucionalização da Educação Ambiental ocorreu prioritariamente por meio do sistema ambiental, a aproximação com o campo educativo veio somente depois. A

EA brasileira possui sua parcela mais identitária a partir do campo ambiental, tanto a partir do âmbito simbólico quanto do institucional, isto é corroborado por suas realizações históricas (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Na perspectiva da luta pela terra, é imprescindível compreender que a luta pela Reforma Agrária é um movimento que compõem o cenário brasileiro de resistência, mas que outros como o Movimento dos Povos Indígenas e o Movimento dos Atingidos por Barragens são tão importantes quanto para a consolidação de um Brasil em que o povo tenha garantia de moradia e condições adequadas para viver. Esses movimentos são compostos majoritariamente por populações que têm uma íntima relação com seu território, que, muitas vezes, se relaciona com a natureza. Os saberes presentes em diversos territórios, não raro, são resultado do desenvolvimento das sociedades junto aos ambientes naturais, sendo a biodiversidade local resultado do equilíbrio que se desenvolveu entre ambos. Sendo assim, alguns autores consideram que as culturas e saberes de povos e comunidades podem contribuir para a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas locais (DIEGUES, 2000).

Acampamentos e Assentamentos da Reforma Agrária são espaços educativos potentes por englobarem naturalmente o âmbito social em suas vivências, seja dentro do espaço escolar ou no entorno junto à comunidade. As crianças sem-terrinha de hoje serão a nova juventude campestre e, levando em consideração as dificuldades de permanência no campo relatadas por Martins (2022), pelo cenário atual de falta de oportunidades, a Educação Ambiental pode ser um bom caminho para transformar o cenário atual, para que a nova juventude possa colocar sua energia em ações transformadoras e significativas para sua vida das formas desejadas, permanecendo ou não no campo, mas que isso seja uma escolha, não a única via possível.

A presente pesquisa baseia-se na perspectiva de que os seres humanos são parte da natureza. Considero, portanto, todas as outras milhões de espécies tão importantes quanto os seres humanos como essenciais para o equilíbrio da biosfera, bem como os materiais inorgânicos que proporcionam a existência da vida. Uma parcela dos seres humanos, no decorrer dos séculos, porém, permitiu-se criar uma divisão entre eles e a natureza, apropriando-se deste em uma relação de superioridade e exploração. Por compreender que esta relação permitiu privilégios a

pequenos grupos através dos séculos, deixando milhares de pessoas à margem, compreendo a luta pela terra como reivindicação de direitos básicos por autonomia para viver, plantar e criar pessoas, pensamentos e resistências, diante da necessidade da mesma. O diálogo com o território do Assentamento Pirituba II neste trabalho mostra a relação da juventude com as memórias que se entrelaçam à perspectiva contra-hegemônica por ela vivenciada e que ainda pulsam nesta geração, por nasceram das lutas camponesas, e diante da indissociação da educação e do socioambiental neste território, se dá a presente pesquisa.

Diante dos acontecimentos que se desdobram no cenário global que afetam diretamente toda a biosfera, como a educação em assentamentos da Reforma Agrária no Brasil é atravessada pela Educação Ambiental?

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender as experiências de Educação Ambiental relacionadas às lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no contexto da infância/juventude sem-terra.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Compreender as inter-relações entre o campo da Educação Ambiental e o contexto da Reforma Agrária para afirmação das questões socioambientais.

Identificar as produções de materiais didático-pedagógicos produzidos no contexto da infância/adolescência sem-terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

### **4 CAMINHO METODOLÓGICO**

O primeiro passo na processualização desta pesquisa se deu com a identificação da necessidade de uma revisão sistemática sobre Educação Ambiental

em assentamentos da Reforma Agrária. A indicação dessa necessidade surgiu a partir da percepção de que há muitas publicações relacionadas à Educação Ambiental no Brasil, contudo, a partir de uma breve busca no Portal da Capes em fevereiro de 2022, foi observado poucos resultados de pesquisas da Educação Ambiental que se interessem pelo contexto da Reforma Agrária. Essa busca preliminar, somada à minha trajetória de vida pessoal, motivou a presente pesquisa que aconteceu entre os meses de fevereiro e setembro de 2022. A ideia inicial era que esta pesquisa tivesse parte realizada em campo no Assentamento Pirituba II, no município de Itapeva – SP, contudo, com o regime de distanciamento ocasionado pela pandemia da COVID-19, o encurtamento do calendário acadêmico na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e os tempos da burocracia do processo de aprovação no Comitê de Ética exigido pelo Curso de Ciências Biológicas, foi optado por realizar a pesquisa documental e bibliográfica.

Foi realizada a revisão bibliográfica das publicações do Assentamento Pirituba II, nos municípios de Itapeva e Itaberá, no estado de São Paulo, para compor uma caracterização socioambiental e aproximar as produções acadêmicas das minhas vivências como campesina, filha e neta de agricultores da Reforma Agrária. Posteriormente, foi dado enfoque à busca de referências no campo da Educação Ambiental e o contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O processo de sistematização da revisão bibliográfica foi realizado de acordo com as etapas adaptadas por Barreto (2017), sendo elas: (1) construção das perguntas para guiar a revisão; (2) definição de protocolo de pesquisa (base de dados e termos de busca); (3) seleção dos artigos com base em um conjunto predeterminado de critérios e, por fim, (4) análise e síntese da literatura restante. As pesquisas foram direcionadas a partir dos objetivos e perguntas da pesquisa, quais sejam, em torno da Educação Ambiental, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Assentamentos da Reforma Agrária e Juventude.

A partir da revisão bibliográfica foi possível observar a Educação Ambiental numa perspectiva local, no Assentamento Pirituba II, e nacional, ao analisar com viés crítico as experiências realizadas em outros Assentamentos do MST ao redor do Brasil, para, então, poder discutir quais são as contribuições da Educação Ambiental dentro destes territórios.

A revisão bibliográfica foi utilizada para analisar e discutir informações já publicadas e ter um panorama geral das contribuições mais relevantes da área (MACHADO *et al.*, 2022). Foram utilizadas como fontes de consulta a Base de Dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em detrimento de serem fontes de consulta abertas. Em ambas se utilizou a busca avançada com filtros para publicações revisadas por pares e foi priorizado o intervalo temporal das publicações dos últimos dois e cinco anos.

Os descritores de busca avançada foram escolhidos considerando que pudessem relacionar a Educação Ambiental com o escopo da pesquisa, para tal, utilizou-se o termo fixo: “Educação Ambiental”, e os demais termos: “Assentamentos”; “MST”; “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”; “Sem Terrinhas”; “Crianças Sem Terra”; “Assentamento Pirituba II”; “Itapeva”; “Assentamento Pirituba II, Itapeva – SP” como descritores chave. Apesar do descritor-chave “MST” ser a sigla para “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, ambos os termos foram incluídos na busca para que os resultados fossem mais abrangentes, bem como foi feito para “Sem Terrinhas” e “Crianças Sem Terra”, também para “Assentamento Pirituba II”; “Itapeva”; “Assentamento Pirituba II, Itapeva – SP”. Abaixo, a tabela 1 mostra os resultados das buscas na SciELO e a tabela 2 os resultados das buscas no Portal da CAPES.

TABELA 1 – ARTIGOS ENCONTRADOS NA SciELO

<b>SciELO</b>				
<b>TERMO FIXO</b>	<b>2º TERMO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5 ANOS</b>	<b>2 ANOS</b>
“Educação Ambiental”	Assentamentos	2	2	0
“Educação Ambiental”	MST	1	1	0
“Educação Ambiental”	“Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”	1	1	0
“Educação Ambiental”	Sem Terrinhas	0	0	0
“Educação Ambiental”	Crianças Sem Terra	0	0	0
“Educação Ambiental”	Assentamento Pirituba II	0	0	0
“Educação Ambiental”	Itapeva	0	0	0
“Educação Ambiental”	Assentamento Pirituba II, Itapeva – SP	0	0	0

Fonte: A autora (2022)

TABELA 2 – ARTIGOS ENCONTRADOS NO PORTAL NA CAPES

<b>PORTAL NA CAPES</b>				
<b>TERMO FIXO</b>	<b>2º TERMO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5 ANOS</b>	<b>2 ANOS</b>
“Educação Ambiental”	Assentamentos	95	95	26

“Educação Ambiental”	MST	32	32	8
“Educação Ambiental”	“Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”	5	5	2
“Educação Ambiental”	Sem Terrinhas	2	2	2
“Educação Ambiental”	Crianças Sem Terra	0	0	0
“Educação Ambiental”	Assentamento Pirituba II	0	0	0
“Educação Ambiental”	Itapeva	1	1	1
“Educação Ambiental”	Assentamento Pirituba II, Itapeva – SP	0	0	0

Fonte: A autora (2022)

A Tabela 1 mostra que na ScieLO foram encontrados somente 4 publicações. Já na Tabela 2, observa-se que na busca no Portal da CAPES foram obtidos 135 resultados. A partir dessas buscas, percebeu-se que alguns artigos se repetiram entre a Base de dados e o Portal e também apareciam repetidamente em diferentes descritores de acordo com o 2º termo utilizado, como o artigo “O MST e a agroecologia: entre autonomia e subalternidade”.

A próxima etapa deste processo consistiu na leitura de todos os resumos dos trabalhos encontrados, para selecionar os que se relacionavam precisamente com o escopo da pesquisa e excluir os que por ventura apareceram nos resultados, mas não possuem essa relação, como, por exemplo, na busca “Educação Ambiental” AND “Assentamentos”, notamos que muitos trabalhos faziam menção aos assentamentos que não eram assentamentos de Reforma Agrária do MST, mas, sim, de assentamentos humanos relacionados à Permacultura. Ainda com relação ao descritor “Assentamentos”, alguns resultados apareceram em detrimento da existência de uma revista intitulada “Retratos de Assentamentos”, mas os resultados obtidos não se relacionavam com assentamentos de Reforma Agrária e/ou Educação Ambiental.

É relevante citar que muitas publicações faziam menção à Educação Ambiental em algum momento do texto, mas não tratavam dela em si. A pesquisa com o segundo termo “Itapeva” resultou em uma publicação, contudo, ela se refere ao Parque Estadual do Itapeva, que fica no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Outras publicações também apareceram nos resultados da busca por citarem em seu texto algum dos descritores, mas não tratavam da temática diretamente desta pesquisa, mas de assuntos como marxismo, certificação orgânica, conservação da biodiversidade, unidades de conservação, solos, saneamento básico, turismo,

resíduos sólidos, agricultura urbana, cidades sustentáveis, agroecologia, educação do campo no ensino superior, gestão ambiental, políticas públicas, entre outros.

Em todos esses casos a leitura do resumo da publicação nos permitiu compreender que esses trabalhos não se relacionavam minimamente com o escopo da presente pesquisa. Foram selecionados, portanto, o total de doze (12) trabalhos, os quais a partir do resumo era possível relacionar com essa pesquisa. Os trabalhos foram lidos para identificar a compatibilidade de seu contexto com a temática da Educação Ambiental, possibilitando sua inclusão ou exclusão na revisão sistemática, restando, assim, o total de cinco (05) publicações, que foram lidas e analisadas qualitativamente para que se pudesse compreender em que nível a Educação Ambiental perpassou a temática do trabalho.

A Tabela 3 referencia estes trabalhos com o título, autor(es), ano de publicação, local de publicação, palavras-chave e a justificativa se publicação foi incluída ou não para análise.

TABELA 3 – PUBLICAÇÕES PREVIAMENTE SELECIONADAS

<b>TÍTULO DA PUBLICAÇÃO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>LOCAL DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>	<b>SELECIONADA PARA ANÁLISE? POR QUÊ?</b>
Transição agroecológica a partir da formação técnica no Assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana – SP	Flávio Aparecido Pontes; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante; Luis Antônio Barone; Manoel Baltasar Baptista da Costa.	2017	Revista Retratos de Assentamentos	Agroecologia; Formação Técnica; Educação do Campo; Transição Agroecológica.	Não, pois não condiz com a temática da Educação Ambiental; ela é apenas citada como parte do Projeto Político Pedagógico do curso Técnico em Agroecologia, mas o enfoque do trabalho é a transição agroecológica e não se relaciona tanto com educação num nível geral, mas sim com agricultura.
Sementes de diversidade brotando em meio às fissuras: Autonomia Campesina e a construção de uma pedagogia agroecológica em assentamentos na Pampa Sul-Riograndense	Letícia Paranhos Menna de Oliveira	2017	Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação de Ciências e Matemática, PUCRS	Pesquisa-ação; Educação Ambiental; Educação Popular; Educação do Campo; Agroecologia.	Sim. A pesquisa envolve assentamentos do MST, pesquisa-ação, resgate de saberes populares, fortalecimento da soberania alimentar e autonomia campesina, além de possuir o objetivo específico de: "Avaliar, em parceria com o coletivo educador-pesquisador, quais foram as repercussões das atividades de educação ambiental na visão dos educadores e educandos das escolas participantes nas atividades."
Análise de práticas socioambientais relacionadas ao consumo consciente de estudantes do ensino público do Sertão Pernambucano, Brasil.	Anna Fernanda Beatriz Amorim Cavalcant; Edevaldo Silva; Robson Victor Tavares.	2017	Biological Sciences Journal	Atividade humana; educação; sustentabilidade.	Não, pois não se relaciona com a temática de educação ambiental; a mesma é somente citada como referencial teórico para falar sobre hábitos de consumo consciente, e utilizaram uma referência de uma experiência em assentamento do MST, por isso apareceu como resultado da pesquisa.
Recuperação de nascentes: Formação de multiplicadores ambientais em área	Ariel Medrado Barros; Camila de Oliveira Chaves; Gleidson Marques Pereira.	2017	Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	Degradação ambiental; Educação ambiental; Recuperação	Não. O trabalho se relaciona com educação ambiental por promover atividades em assentados no que tange a temática de degradação ambiental, mas não se relaciona

degradada de Assentamento rural, Eldorados dos Carajás, Pará.				ambiental; Solo-cimento.	com escolas e juventude em geral, é focado no estudo da degradação ambiental.
A percepção ao meio ambiente em estudo socioambiental na região central do estado de São Paulo	Valéria Andreatta Whitaker; Dulce Consuelo Andreatta Whitaker; Marinaldo Fernando Souza; Zildo Gallo.	2018	Revista Retratos de Assentamentos	Meio Ambiente; Desenvolvimento Agrícola; Educação.	Não, pois não condiz com a temática de educação ambiental, ela é apenas citada, mas o trabalho não se relaciona com educação em nenhum nível, somente com agricultura.
Ecologia de Saberes na Educação do Campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do SIECS.	Maria Elizabeth Souza Gonçalves	2018	Revista Brasileira de Educação do Campo	Ecologia de Saberes, Educação do Campo, Política Pública.	Não. Trata-se de uma pesquisa documental do evento Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido (SIECS) que envolve Educação Ambiental e a luta pela Reforma Agrária a partir da ecologia de Saberes, mas não há descrição de atividades relacionadas à Educação Ambiental propriamente ditas que sejam compatíveis para as análises qualitativas.
O educar-se no campo: caneta, enxada e botânica camponesa.	Matias Köhler; Estela Santos; Cristiane Giaretta; Gilmar Gomes; Sebastião Pinheiro.	2018	Revista Brasileira de Educação do Campo	Agricultura Camponesa; Educação do Campo; Educação Ambiental; Educação Popular; Desenvolvimento Rural.	Sim. O trabalho é resultado de uma experiência local que envolve a educação ambiental e assentados.
Educação ambiental; Formação inicial docente; Licenciaturas.	Eril Medeiros da Fonseca; Crisna Daniela Krause Bierhalz.	2018	Revista Educação & Formação	Ensino de Ciências; Educação do campo; Contexto local.	Não. O trabalho não se relaciona com a temática, trata-se de uma análise de livros didáticos de Ciências, e apareceu nas buscas por relacionar o MST com Educação Popular numa parte histórica do texto.
Da teimosa resistência nasce a	Sandra Maria Soares; Ronaldo	2019	Revista Brasileira de Educação do Campo	Educação do Campo;	Sim. O trabalho é resultado de uma especialização em Educação Ambiental, e por

Escola Estadual do Campo Madre Cristina	Eustáquio Feitoza Senra.			Assentamento Roseli Nunes; Escola Madre Cristina; Educadores e Resistências.	esse motivo apareceu nas buscas, já que a Educação Ambiental em si não é citada no texto; contudo, o trabalho fala sobre as dificuldades da permanência de uma escola de educação do campo, e a autora é assentada da Reforma Agrária em assentamento do MST.
Educação ambiental na formação inicial docente: um mapeamento das pesquisas brasileiras em teses e dissertações	Sirlene Donaiski Motin; Raquel Maistrovicz Tomé Gonçalves; Dircelia Maria Soares de Oliveira Cassins; Daniele Saheb.	2019	Revista Investigações em ensino de ciências	Educação ambiental; Formação inicial docente; Licenciaturas.	Não. A pesquisa não se relaciona com assentamentos, apareceu nas buscas por citar um trabalho envolvendo o MST.
O MST e a agroecologia: entre autonomia e subalternidade	Luciana Aliaga, Fernanda Maranhão	2021	Revista Katálysis	MST; Reforma agrária; Agroecologia; Brasil.	Sim. O trabalho faz uma análise documental sobre a reorganização político-estratégica do MST, com enfoque na implantação da educação ambiental e da promoção da agroecologia em seus assentamentos e cooperativas de produção. No que diz respeito à educação ambiental, o trabalho é relevante para entender a relação da mesma com o MST de maneira geral.
Educação infantil: dos Jardins de Froebel aos Campos de Araraquara - SP	Cássia Regina Santos; Maria Lúcia Ribeiro; Reginaldo Anselmo Teixeira; Thauana Paiva de Souza.	2021	Revista Retratos de Assentamentos	Educação do Campo; Educação Infantil; Políticas Públicas.	Sim. O trabalho traz pontos relevantes sobre a educação do campo e o MST e também faz uma breve pesquisa sobre a Educação Ambiental no município de Araraquara.

Fonte: A autora (2022)

#### 4.1 AS REVISTAS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA

A busca bibliográfica foi complementada por outras fontes, dado que muito do que é produzido no âmbito da Educação em Assentamentos da Reforma Agrária é publicado em outras plataformas. Em outubro de 2010 aconteceu o Encontro Sem Terrinha no Paraná, reunindo mais de 4 mil crianças Sem Terrinha, tendo como lema: "Sem Terrinha: Por escola, terra e dignidade!". Dentre as diversas atividades que marcaram o encontro, uma delas consistiu em um estudo que teve como base a utilização da Revista (MST, 2010). Partindo da evidenciação de que a Revista das Crianças Sem Terrinha é utilizada pela organização do MST em eventos e observando seu potencial para atividades relacionadas à Educação Ambiental e temáticas socioambientais, buscou-se as edições da Revista das Crianças Sem Terrinhas disponíveis para *download*, que somam um total de seis edições, de outubro de 2011 até outubro de 2021. Cada edição da Revista das Crianças Sem Terrinha tem uma temática principal. Diante disso, o conteúdo das revistas foi sistematizado com o número da edição, data de publicação, tema e número de páginas das revistas selecionadas para análise nesta pesquisa (Tabela 4 e Figura 7).

TABELA 4 – REVISTAS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA

<b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NÚMERO DE PÁGINAS</b>
Outubro de 2011	Agroecologia	15
Outubro de 2016	Agroecologia	21
Abril de 2019	Internacionalismo	21
Outubro de 2019	Comida	19
Novembro de 2020	Biomassas do Brasil	32
Outubro de 2021	Paulo Freire	40

Fonte: A autora (2022)

FIGURA 8 – CAPAS DAS EDIÇÕES ONLINE DAS REVISTAS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA.



1FONTE: A autora (2022)

Para análise qualitativa foi selecionada a primeira edição dentre as disponíveis para *download*. As outras edições não foram analisadas pela inviabilidade com relação ao tempo para tal, visto que a Pandemia da COVID-19 afetou o calendário acadêmico da UFPR, com um regime semestral reduzido. Foram estabelecidos pontos relevantes que permeiam a discussão acerca do material: (i) Como o protagonismo infantil é representado na revista?; (ii) Que conteúdos são potenciais para o debate socioambiental?; (iii) Como é a organização da edição?; (iv) Em que espaços educativos as revistas são utilizadas?; (v) As revistas são produtos de um processo desenvolvido com/pelas crianças?

Essas perguntas foram respondidas em forma de análise textual, levando em consideração as particularidades específicas na primeira edição.

## 5 INTER-RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST NO BRASIL

Nesta sessão foram relatados os cinco trabalhos selecionados para a revisão bibliográfica, os quais foram separados em tópicos (de I a V) para destacar cada bibliografia. Na Sessão 6, “Perspectivas da Educação Ambiental para as escolas em Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil”, será apresentada a discussão conjunta a partir do relato individual de cada artigo. Os apontamentos presentes neste trabalho foram elaborados a partir da macrotendência crítica (LAYRARGUES e LIMA, 2014), levando sempre em consideração o contexto histórico politizante em que os trabalhos analisados se desenvolveram, bem como as lutas travadas pelo direito à terra.

### 5.1 EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS DO MST NA BIBLIOGRAFIA

#### I. SEMENTES DE DIVERSIDADE BROTANDO EM MEIO ÀS FISSURAS: AUTONOMIA CAMPESINA E A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS NA PAMPA SUL-RIOGRANDENSE (OLIVEIRA, 2017)

A pesquisa de Oliveira (2017) se deu em duas escolas públicas no município de Herval, no Rio Grande do Sul, onde estão localizados cinco assentamentos da Reforma Agrária via MST. Oliveira é uma pesquisadora que aponta a militância política como importante faceta em sua trajetória. A autora analisou uma proposta pedagógica que se relaciona com a valorização e resgate de saberes populares da região com a construção da soberania alimentar e da autonomia campesina.

As práticas pedagógicas envolveram discussões sobre filmes, elaborações de paródias musicais, brincadeiras sobre cultura biodiversa e monocultura, dinâmicas que provocaram o debate sobre alimentação, identificação do território com o *Google Earth* e a montagem de um mapa do assentamento que culminou na construção de uma charge sobre o avanço e as mazelas do agronegócio na região. Também aconteceu uma visita ao Sítio Cultural Ibiekos para aprofundamento sobre manejos agroecológicos que originou uma charge sobre agroecologia e práticas de defesa do território articuladas pela comunidade. Durante as atividades foi construído um Diário de Bordo

aonde os familiares e educandos puderam registrar seus saberes que originaram o livro “Sabes saberes sabidos? Suleando os nossos sonhos. (OLIVEIRA, 2017, p. 6)

A autora traz uma situação emblemática, na qual uma empresa procurou uma das escolas do estudo para patrocinar uma festa da escola: “Para os assentamentos, especialmente para a juventude, era “A” festa do ano, momento em que acontecia o torneio de futebol e o famoso “baile” na comunidade (OLIVEIRA, 2017). A empresa sugeriu uma parceria para divulgação de sua marca, e em troca, foram oferecidos recursos para uma atividade de “Educação Ambiental”, sendo que a sugestão da empresa foi a utilização do apoio para compra de troféus e medalhas para os campeões do torneio de futebol. A proposta foi aceita pela escola, mas o projeto de Educação Ambiental em questão optou por não participar deste momento, vendo a incoerência de dividir o espaço pedagógico com representantes que historicamente violaram os direitos da comunidade.

Outra situação apresentada é uma entrega de panfletos realizada em uma feira, na qual observam-se várias fragilidades:

Na prática, a atividade de “educação ambiental” era a entrega de panfletos que “desvendavam o mito de que o eucalipto necessitava de tanta água para o seu cultivo” e terminava com “dicas” de sustentabilidade para economizar água em casa. As dicas eram as mesmas vistas em panfletos que são distribuídos na cidade, por exemplo: “ao escovar os dentes, desligue a torneira”, “molhe as plantas ao amanhecer e ao final do dia”, e por aí vai! A sensação é de que lógica dominante estava ultrapassando os muros da escola. Mais do que pulverizar o veneno, estavam pautando o que as crianças e seus familiares aprenderiam de forma direta e reta, de cima para baixo, do norte para o sul. A monocultura do solo estava adentrando às mentes. (OLIVEIRA, 2017, P. 135)

A autora questiona a efetividade desta ação, afirmando que não se enquadra nem mesmo dentro de uma ação educativa, quem dirá uma ação educativa ambiental. A ação de panfletagem foi realizada, contudo, Oliveira ressalta que expor “verdades ambientais” não é condizente com o fazer da Educação Ambiental, e para que esta se faça de maneira efetiva, a complexidade deve permear as atividades, desde sua elaboração até sua implementação. Apesar de situações desgastantes como esta, Oliveira pontua sobre a esperança diante deste cenário:

Avançamos só alguns passos para o nosso horizonte, porém esses passos foram caminhados da forma mais coletiva e horizontal possível. Possível? Sim, pensar uma proposta pedagógica que construa conhecimentos em

uma escola rural com tantas fragilidades (para citar algumas: mobilidade, escassez de recursos, um quadro de professores sobrecarregados, dificuldades em garantir a participação da comunidade, jovens camponeses desejando a vida urbana) exige esforço, é de veras contracorrentes. Se conseguimos chegar na autonomia camponesa e na soberania alimentar? Ainda há muito caminho a ser percorrido. Mas podemos dizer que evoluímos enquanto educadoras e conseguimos plantar sementes de diversidade em cada fissura que encontramos na escola. (OLIVEIRA, 2017, p. 136)

Diante de tais situações, é importante ressaltar como a complexidade está e deve permanecer presente dentro da temática de Educação Ambiental na busca de fomentar discussões e ações efetivas nestes territórios, eliminando ideias simplistas e reducionistas, para que os processos educativos possam ser mediados de forma colaborativa.

## II. O EDUCAR-SE NO CAMPO: CANETA, ENXADA E BOTÂNICA CAMPONESA (KÖHLER *ET AL.*, 2018)

O trabalho de Köhler *et al.* (2018) apresenta e discute as experiências do projeto “Troca de Saberes sobre Botânica Camponesa”, realizado durante o ano de 2014 no Assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão, Rio Grande do Sul, com participação do grupo Grupo Mulheres da Terra. Os encontros aconteceram durante os sábados, somando o total de 12 encontros, e aconteceram em diferentes locais do Assentamento. A maioria das ações do projeto foram de teor prático, como, por exemplo: evitar os danos das formigas à horta; aumento da produção; reconhecer e manter um solo fértil; armazenamento de sementes, entre outras ações. Os autores trazem logo no início do artigo uma perspectiva contra-hegemônica sobre educação, afirmando que há muito tempo se discute sobre diferentes concepções e métodos de educação, para torná-la mais humana e democrática. Contudo, pouco tem sido feito na prática para que esse cenário mude. Diante disso, o projeto “Troca de Saberes sobre Botânica Camponesa” se propôs a colocar em prática justamente o que apontam que tem sido historicamente deixado de lado e questionam como o aprender é imposto em muitos espaços atualmente, apresentando um rompimento com esta perspectiva. A Educação Ambiental é citada somente uma vez no texto todo, onde é ressaltado que há obstáculos para que sua transversalidade seja efetiva, contudo, a Educação Ambiental Crítica está presente

quando se analisa as atividades realizadas pelo Grupo Mulheres da Terra, como, por exemplo, no seguinte trecho:

Quando se escuta e valoriza a história de alguém ou de um povo, com suas memórias, percepções e relações com o ambiente, percebe-se que o quão valioso é o saber da experiência, em que os processos de aprendizagem independem da transmissão vertical de conhecimento e, tampouco, dos caminhos metodológicos legitimados pela ciência - que valorizam o distanciamento entre sujeitos e objetos de estudo - tidos como únicos e insubstituíveis. O saber que se constrói com a vivência, por sua vez, é indissociável da existência e da subjetividade humanas [...] (KÖHLER *et al.*, 2018, p. 771)

As diversas atividades realizadas pelo Grupo Mulheres da Terra não tiveram o fim em si mesmo, mas agregaram valores significativos nesses processos que envolvem o território, os saberes e as pessoas que ali vivem.

A mística foi presente nessas ações no momento de plantio de sementes, as quais foram escolhidas de acordo com as atribuições a seus significados como a adubação, que homenageou a ligação próspera com a terra, simbolizando a nutrição do projeto. Outras sementes foram utilizadas para simbolizar a geração de frutos desejada para o projeto, como melancia e abóbora. Relacionado ao fortalecimento e à continuidade do grupo, foram escolhidas as sementes de milho e mandioca, que trazem consigo as características de força e vigorosidade.

Percebe-se que algumas ações se entrelaçam à Educação Ambiental de maneira espontânea – e aqui podemos assinalar que, apesar do trabalho de Köhler *et al.* (2018) não pontuar correntes da Educação Ambiental em seu texto, notou-se grande convergência entre as experiências relatadas e a macrotendência crítica proposta por Layrargues (2014).

### III. DA TEIMOSA RESISTÊNCIA NASCE A ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO MADRE CRISTINA (SOARES; SENRA, 2019)

O texto traz um histórico de luta pela terra e ressalta como a educação do/no campo foi construída no Assentamento Roseli Nunes entre os anos de 1997 e 2018, pontuando a grande participação comunitária e resistência frente aos impedimentos da prefeitura para que a escola ali se firmasse. Os autores trazem em suas entrevistas a confirmação de que os cursos de Agroecologia contribuem

positivamente neste contexto territorial por meio de entrevistas, frisando que o início dos cursos dentro do assentamento proporcionou que práticas camponesas coubessem em seus currículos e também na prática para discussão de conceitos que se relacionam com a realidade local. Apesar desta realidade evidenciada, os autores pontuam:

A escola do campo, muitas vezes vai perdendo esta identidade e não faz relação com os conteúdos propostos no currículo com a realidade camponesa, com a construção do saber camponês, seus valores, com atitudes voltadas para a realidade local (SOARES; SENRA, 2019, p. 4).

O texto também chama atenção sobre a importância das místicas, citadas como práticas pedagógicas.

A mística, designação empregada pelos sem-terra, consiste em acontecimentos sócio-políticos que se manifestam em práticas discursivas e não-discursivas através das quais os sem-terra identificam-se e reidentificam-se com os saberes do MST. Esses rituais simbolizam uma forte economia coletiva do desejo, atualizando a memória de suas lutas em contraposição a saberes-outros, oriundos de campos diferentes e/ou adversos da sociedade. (INDURKY, 2014, p. 109 )

As místicas constituem-se como um processo de aproximação com os que participam deste momento. Possuem diversas temáticas, muitas das quais tangem a temática socioambiental à sua maneira. São realizadas por pessoas que participam de determinado momento de partilha, como a abertura de um evento ou curso. Além disso, compreendemos a mística como parte do processo de pertencimento com o território e a luta. O pertencimento relaciona-se com o romper da lógica individualista que se perpetua pela cultura moderna, capitalista e industrial que acaba por desconectar os seres humanos de seu contexto. O descaso com a natureza e a negligência com seus ciclos de recomposição por meio da exploração desenfreada de recursos naturais pode ser traduzido como a perda de saberes que são responsáveis por sustentar as relações de pertencimento entre seres humanos e meio (SÁ, 2005). Neste sentido, vemos que atividades pedagógicas como as místicas são indispensáveis para enfrentamento a desconexões com o território pela juventude.

#### IV. O MST E A AGROECOLOGIA: ENTRE AUTONOMIA E SUBALTERNIDADE (ALIAGA; MARANHO, 2021)

O estudo apresentado no artigo “O MST e a Agroecologia: entre autonomia e subalternidade” diz respeito à análise do período de reorganização político-estratégica do MST, com enfoque nas propostas de implantação da educação ambiental e promoção da agroecologia em seus assentamentos e cooperativas de produção entre os anos de 2000 e 2016. No início, a pesquisa traz um breve histórico do MST e então encaminha-se para a questão da contradição existente entre o crescente fortalecimento do MST no âmbito da autonomia, em contraponto com a subalternização de lideranças sem-terra. O período em questão (2000-2016) é caracterizado, em sua maioria, pela presidência do Brasil estar assumida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o qual possui grande relação com o desenvolvimento inicial do MST no Brasil. Contudo, as autoras apontam que esse cenário contribuiu para a estagnação da Reforma Agrária no Brasil, que se observa até os dias de hoje, por isso se deu a contradição. As autoras abordam de forma aprofundada sobre a estrutura organizativa do MST, para que o leitor possa entender como a organização atual chegou ao ponto em que hoje se encontra.

A seguir, o texto trata do surgimento da Agroecologia como orientação política, em 2002. Além das medidas reivindicadas ao Estado para desenvolver este novo projeto, houveram também adequações na formação político-pedagógica dentro do MST, com destaque para a busca de equilíbrio entre prática dos modelos teórico-científicos e a valorização dos conhecimentos populares, com enfoque na educação ambiental popular, centrada na autonomia política, intelectual e econômica, e esse processo foi denominado como auto educação ambiental popular.

O trabalho também cita a implantação da Agroecologia em territórios da Reforma Agrária, onde foram estabelecidos cursos, pelo MST, em cerca de 30 escolas no Brasil, por meio de parcerias com instituições públicas de ensino através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), cursos esses certificados naquele momento pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (ALIAGA; MARANHO, 2021, p. 579, *apud* NOVAES *et al.*, 2016).

As autoras trazem a educação ambiental popular entrelaçada à Agroecologia, contudo, não ficou evidente como se dá esta relação. É perceptível que a Agroecologia citada no texto está relacionada com a educação pelo enfoque nos cursos de formação na área, contudo, não é descrito de que maneira a educação ambiental de fato aconteceu no contexto apresentado às bases articuladas do campo da Educação Ambiental, tão diversas. Apesar da potencial transversalidade da Agroecologia, a temática em si não garante que a Educação Ambiental seja trabalhada e, sem a informação sobre como ocorreu, não é possível compreender que macrotendências da Educação Ambiental estiveram presentes neste contexto. Aparentemente, alguns pontos no artigo foram dados como subentendidos pelas autoras, contudo, como é apresentado o enfoque da educação ambiental popular, isso poderia ser abordado com mais profundidade. Ao final das considerações finais, as autoras trazem o seguinte:

A Agroecologia, assim, se manteve à sombra do agronegócio, substituindo a radicalidade das ocupações de terra, de prédios públicos e as grandes marchas nacionais pela convivência pacífica com o Estado (ALIAGA; MARANHÃO, 2021, p. 582)

Vemos esta colocação precisa ser problematizada, pois a Agroecologia, apesar de não ser um movimento voltado à ocupação de terras, no sentido que as autoras colocam, de acordo com Machado e Machado Filho (2014), é uma proposta transformadora, que resgata a autonomia dos produtores, que foi destruída pelo agronegócio, além de possuir as dimensões de escala, social, política, econômica, ambiental, energética, cultural, administrativa, técnica, ética e soberania alimentar. A Agroecologia é, portanto, tecida por diversas redes em diversos níveis, o que a torna capilarizada por diferentes realidades enfrentadas, tanto pelo campo quanto pelo ambiente urbano.

V. EDUCAÇÃO INFANTIL: DOS JARDINS DE FROEBEL AOS CAMPOS DE ARARAQUARA-SP  
(SANTOS *ET AL.*, 2021)

O trabalho apresenta um estudo bibliográfico e documental acerca da constituição, a expansão, os princípios e os métodos de Educação Infantil no contexto de Araraquara, com enfoque na Educação Infantil do Campo no

Assentamento Bela Vista, e mostra o intervalo de 171 anos entre a criação do primeiro Jardim de Infância na Alemanha e a implantação da Educação Infantil do Campo (EIC), modalidade recente dentro da Educação no Brasil, com escassez de estudos. A Educação do Campo nasce da necessidade de uma educação que respeita e valoriza a cultura camponesa, sendo um reflexo da luta pela terra e corroborando com a permanência nesta. O MST almeja uma Educação que é pensada e organizada de maneira democrática, que se efetiva através da luta, culminando em políticas públicas. O MST lançou 12 Boletins e 13 Cadernos de Educação, com temáticas pertinentes à Educação do Campo, esses documentos são importantes ferramentas tanto para a prática educacional como para a reivindicação de direitos (SANTOS *et al.*, 2021).

Destaca-se nesse artigo, como parte dos resultados da pesquisa a análise referente à prática educacional de Educação Ambiental em duas turmas de EIC (4 a 5 anos), por um período de 15 anos (2004-2018). Para tal, foram utilizados dados registrados em Diários escolares e outros documentos, que dizem respeito às práticas externas, a utilização de projetos e temas trabalhados. Os autores indicam declínio do trabalho com os projetos com relação à quantidade de temas trabalhados, realização de atividades externas que compreendem trabalho de campo, passeios nos arredores da escola, nos lotes e observação. É indicado pelos autores que um dos fatores relacionados a este declínio pode ser as mudanças na gestão do município. Constata-se que em 2018 houve uma retomada de algumas das atividades, contudo, não são registradas atividades externas, o que indica que as crianças não estão tendo contato com o espaço do entorno para atividades de aprendizagem (SANTOS *et al.*, 2021). Os autores apontam que as mudanças na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) prejudicam as atividades desenvolvidas nas escolas de EIC pela perda da transversalidade da Educação Ambiental, antes garantida. Diante disso, são necessárias políticas públicas que garantam a continuidade da Educação do Campo levando em consideração sua totalidade e potencialidades para que a Educação Ambiental seja garantida neste contexto.

## 5.2 A REVISTA DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA

A Revista das Crianças Sem Terrinha é elaborada coletivamente pelos Setores de Educação, Comunicação e Cultura do MST. De acordo com Silva (2010), que é integrante do Setor de Comunicação do MST, a Revista é continuidade de um processo que se construiu a partir da criação de vários materiais voltados para a comunicação com as crianças Sem Terrinha, como o Jornal JSTerrinha, as cartilhas produzidas após encontros nacionais, o CD de músicas infantis que foi produzido por pessoas do MST, e livros como “O Menino que Lia o Mundo”, de Carlos Rodrigues Brandão, que conta a história de Paulo Freire e foi escrito para as crianças Sem Terrinha (BRANDÃO, 2003).

Segundo Marcia Lemos (2019)<sup>5</sup>, a Revista conta não só a história de crianças brasileiras, mas também fala sobre povos que lutam pela terra e classifica a revista como atemporal, por proporcionar que as crianças se reconheçam em suas próprias histórias e também na dos outros. Ainda, Lemos ressalta a importância da participação da criança no processo de construção de sua própria subjetividade, ao verem, ouvirem e serem ouvidas. A partir disso, a criança é capaz de construir ativamente uma sociedade melhor por se reconhecer dentro desses espaços.

Dentro dessa perspectiva, a revista Sem Terrinha se transforma em um dispositivo de diálogo e de articulação popular porque ela exerce um papel ímpar dentro da comunidade. É um potencial fundamental para pensar o lugar da criança e do adolescente em seus espaços para que elas possam discutir como estão seus direitos e seu lugar na transformação social, completa. (MST, 2022)

A edição mais antiga disponível para *download* da Revista das Crianças Sem Terrinha é a quarta edição, publicada em dezembro de 2011, e traz como temática principal a Agroecologia. A abertura editorial da revista traz indagações aos leitores no âmbito da agricultura, questionando-os sobre os tipos de produções existentes em seus territórios e como se dão os cuidados com essas produções. Esse espaço editorial também é utilizado para comunicar que as histórias presentes na revista são reflexo da realidade do Brasil e também da vivência e organização de assentamentos e acampamentos.

O primeiro conteúdo da revista apresentado aos leitores aborda a temática do uso de agrotóxicos e seus efeitos nocivos à saúde humana e à natureza. Esse texto é escrito em formato de carta, a qual é escrita pelo “Nonno”, que carrega a simbologia da pessoa mais velha dotada de saberes que estão sendo

---

<sup>5</sup> EDIÇÃO especial da revista Sem Terrinha é lançado em SP. **MST**. jul. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/12/edicao-especial-da-revista-sem-terrinha-e-lancado-em-sp/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

compartilhados com os mais novos – os leitores. Com a escrita adequada à linguagem infantil e uma ilustração central, a carta conta ao leitor que o uso de agrotóxicos é uma atitude tomada pelos seres humanos que se popularizou nos últimos 50 anos e seu uso desenfreado atualmente afeta drasticamente tanto a saúde humana quanto os ecossistemas e vidas que habitam as águas, o ar e os solos. O texto alerta para a importância de se consumir alimentos livres de agrotóxicos para manutenção da nossa saúde e comenta que, muitas vezes, alimentos sem veneno podem ser menores em tamanho, ou, por vezes, ter uma textura mais rugosa, mas, independente disso, será um alimento muito mais saudável. Por fim, a carta fomenta que essa discussão seja promovida pelas próprias crianças entre seus próprios familiares, para que se tornem vigilantes contra o uso de venenos num movimento chamado “Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida”.

A seguir, são apresentadas atividades como o “Jogo do Mico”, com adaptações para a temática do uso de agrotóxicos; “Cantinho da Leitura”, com sugestões de livros infantis voltados para crianças Sem Terrinha e também na temática da Agroecologia; charadas; versos; ditados; e também apresentados desenhos feitos por crianças Sem Terrinha de todo o Brasil.

A quarta edição da revista, com um total de 15 páginas, é finalizada com a história “Descobrimos a Agroecologia”, que conta com um texto de cinco páginas e ilustrações. A história é narrada a partir de um passeio de crianças Sem Terrinha à agrovila onde residem seus tios, que moram em outro assentamento, e em determinado momento uma das crianças pergunta ao tio o que é Agroecologia. Por meio desse gancho, são trazidos diversos aspectos da Agroecologia ao discutir seus princípios e interface com a biodiversidade, a agricultura e o uso de práticas tradicionais. Além disso, é comentado também sobre o papel da Agroecologia em contrapartida à monocultura e o uso de agrotóxicos. Ao longo da história, é ressaltada a importância da Reforma Agrária como imprescindível para que a Agroecologia possa acontecer no país. A partir dos conteúdos analisados, percebe-se o grande potencial para debates socioambientais relacionados à Agroecologia no que diz respeito ao uso de agrotóxicos, saberes tradicionais e alimentação saudável.

Por meio da Tabela 4 é possível perceber que o lançamento de novas edições acontece em intervalos menores de tempo com o decorrer dos anos, trazendo temáticas com potenciais para debates socioambientais.

## **6 PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS ESCOLAS EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

A análise qualitativa dos artigos selecionados permitiu correlacionar como a educação ambiental é mobilizada no contexto da luta do Movimento sem Terra e a reforma agrária. Abaixo estão dispostos os artigos com suas respectivas indicações para melhor visualização, seguido de uma discussão para aproximar as tendências da educação ambiental propostas por Layrargues e Lima (2014).

- I. Sementes de diversidade brotando em meio às fissuras: Autonomia Campesina e a construção de uma pedagogia agroecológica em assentamentos na Pampa Sul-Riograndense
- II. O educar-se no campo: caneta, enxada e botânica camponesa
- III. Da teimosa resistência nasce a Escola Estadual do Campo Madre Cristina
- IV. O MST e a Agroecologia: entre autonomia e subalternidade
- V. Educação infantil: dos Jardins de Froebel aos Campos de Araraquara-SP

Os artigos I e II evidenciaram atividades desenvolvidas em Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil onde a macrotendência crítica faz-se presente no desenvolvimento das atividades, como descrito na seção 5.1. Apesar disso, o artigo I relata que durante o desenvolvimento do projeto houve na escola uma ação que supostamente seria uma atividade de Educação Ambiental, contudo, a ausência de qualquer complexidade na ação inviabiliza sua classificação como atividade de educação ambiental crítica, visto que os panfletos abordavam dicas de sustentabilidade para economia de água, como desligar a torneira enquanto escovam os dentes, e “desvendavam” o mito de que os eucaliptos precisavam de muita água para seu cultivo. Ações como essas não reconhecem a dimensão social e ambiental do território em questão.

O artigo III, a partir do histórico de luta trazido em sua narrativa permite a compreensão da dimensão crítica da educação ambiental por meio das atividades

pedagógicas das místicas. Apesar destas atividades não terem sido classificadas como parte da educação ambiental, compreende-se que elas visam a sensibilização dos presentes ao abrirem espaços de debate sobre soberania alimentar e luta pela terra. A mística, neste contexto, proporciona aprendizado em suas práticas pedagógicas em contribuição à transversalidade da Educação Ambiental.

O artigo IV, por meio de análise de reorganização político-estratégica do MST, discorreu sobre as propostas de implantação da educação ambiental e promoção da Agroecologia em seus assentamentos e cooperativas de produção entre os anos de 2000 e 2016. Algumas lacunas descritas na sessão 5.2 impossibilitaram a compreensão da dimensão das atividades analisadas pelas autoras, contudo, compreende-se que elas desenvolveram sua pesquisa pela perspectiva da dimensão crítica.

No artigo V, percebe-se que os autores utilizaram da dimensão crítica para desenvolverem seu estudo e, com isso, os apontamentos indicaram que as potencialidades de se incluir o espaço, o contexto e os saberes locais na educação infantil do campo estavam cada vez sendo mais negligenciados pelas atividades propostas. Os autores comentam que as mudanças na BNCC prejudicaram a transversalidade da Educação Ambiental no currículo e enfatizam a importância de políticas públicas que garantam a Educação Ambiental nesses espaços.

Quanto à edição analisada da Revista das Crianças Sem Terrinha, notamos seu grande potencial para discussão de temáticas socioambientais em temas que se relacionam com a Agroecologia, como a soberania alimentar. As demais edições das Revistas das Crianças Sem Terrinha que não foram analisadas qualitativamente nesta pesquisa também possuem temáticas potenciais para debates socioambientais, portanto, considera-se importante que pesquisas futuras possam realizar esse estudo para melhor compreensão das potencialidades destes materiais.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se que o campo da Educação Ambiental é um espaço transversal em diferentes áreas do conhecimento que se agregam à luta pela terra. A presença constante da Agroecologia nos materiais analisados permite-nos

perceber sua grande potencialidade na incorporação da dimensão socioambiental junto à Educação Ambiental crítica. Layargues e Lima (2014) aponta que com o tempo os educadores ambientais perceberam que, da mesma maneira que há diversas concepções de natureza, meio ambiente, sociedade e educação, há também diversas concepções de Educação Ambiental. Creio que esse processo ainda está em andamento e o MST, juntamente à Agroecologia, tem muito a acrescentar à Educação Ambiental e vice-versa. Diante disso, faz-se necessária a proposição de atividades pedagógicas que proporcionem aos envolvidos a compreensão da crise civilizatória e a relação atual do ser humano com a natureza.

Tristão (2016) aponta que a educação ambiental, ao ser entendida como uma prática que possui potencial emancipatório para a vida, acaba por enfrentar desafios na contemporaneidade. Isto é evidenciado no estudo de Martins (2022), em detrimento da dificuldade de permanecer no campo por conta de dificuldades como as escassas áreas de atuação, os jovens vivem entre o campo e a cidade pelas demandas da contemporaneidade. Apesar desse trânsito, demonstram a relevância que suas famílias outrora acampadas, hoje assentadas, exerceram em suas vidas e que ainda exercerão em decisões futuras. Apesar de historicamente a Educação Ambiental apresentar-se distante da perspectiva socioambientalista (LITTLE, 2003), as discussões trazidas neste trabalho mostram a enorme convergência entre as atividades desenvolvidas em assentamentos de Reforma Agrária no Brasil e a Educação Socioambiental e seus potenciais futuros.

Constatou-se a importância do desenvolvimento de ações voltadas tanto para as crianças quanto para a juventude no âmbito da Reforma Agrária. A atual juventude não é a mesma que participou das ocupações do território no século XX, e essa diferença intergeracional é marcada por diversas características, e umas delas sendo o interesse da atual juventude em fazer parte do movimento que acontece no território. Sabendo que as lutas atuais são diferentes às de outras gerações, é importante que essas lutas sejam ressignificadas e que sejam mantidas em seus territórios.

A edição analisada da Revista das Crianças Sem Terrinha, juntamente aos outros trabalhos analisados permitiram compreender que as crianças e jovens sem terra são em grande parte o ponto focal no desenvolvimento das ações, e com isso,

é reforçada a importância da inserção destes grupos no desenvolvimento de ações de Educação Ambiental.

O presente trabalho trouxe a perspectiva da luta pelo viés campesino, âmbito no qual estou inserida; contudo, é importante ressaltar que as lutas travadas no campo socioambiental são compartilhadas por povos e comunidades que também buscam a garantia de seus direitos básicos. A Educação Ambiental que é impulsionada e atravessada por questões socioambientais contribui para a aliança com os povos e comunidades tradicionais.

Neste sentido, compreendo que a Educação Ambiental dentro do currículo de Ciências Biológicas é um espaço vital para a formação de profissionais críticos e que consideram as dimensões sociais dentro do contexto ambiental para efetividade de suas atividades pedagógicas. Este Trabalho de Conclusão de Curso demonstrou uma parcela das potencialidades da união entre Educação Ambiental e Reforma Agrária no Brasil, principalmente no contexto das escolas. É papel da Universidade, portanto, incorporar em seus currículos a criticidade trazida pela temática socioambiental dentro das disciplinas, proporcionando, assim, às/aos graduandas/os em Ciências Biológicas, a participação em espaços formadores críticos para que em suas atuações futuras possam ter discernimento ao optar por caminhos metodológicos significativos e críticos na formação das/os educandas/os.

## 8 REFERÊNCIAS

ALIAGA, L.; MARANHO, F. O MST e a agroecologia: entre autonomia e subalternidade. **Revista Katálisis**, v. 24, n. 3, p. 576-584, dez. 2021.

SANTOS, E. V. *et al.* (orgs.) **Aline Maria**: uma construção de vida feminista, popular e agroecológica [livro eletrônico]. Curitiba: Terra de Direitos, 2021.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, v. 16, n. 13, p. 22-32, jun. 2010.

BARRETO, G.C. **Dimensões humanas de áreas marinhas protegidas**: Uma revisão sistemática das definições e componentes. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O menino que lia o mundo**. São Paulo: ANCA, 2003.

DIEGUES, A. C. S. (org.) **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP/PROBIO-MMA/CNPq, 2000.

INDURSKY, F. O ritual da mística no processo de identificação e resistência. **Rua**, v. 20, p. 109-125, 2015.

TEIXEIRA, L. S. C. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 3, p. 449-458, dez. 2022.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOHLER, M. *et al.* O educar-se no campo: caneta, enxada e botânica camponesa. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 3, p. 763-783, 2018.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, mar. 2014.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: A reapropriação Social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, P. E. (org.) **Políticas ambientais no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, G. Rs. **Entre ficar e o sair além das agrovilas**: a permanência dos jovens sem-terra no Assentamento Pirituba-SP (2000-2021). Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

NOSSA Produção. **MST**, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-producao/>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

REVISTA Sem Terrinha. **MST**, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ARROZ Agroecológico. **MST**, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/03/15/ha-10-anos-o-mst-lidera-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>>. Acesso em: 9 set. 2022.

RAMOS, M. M.; AQUINO, L. L. La niñez sin tierrita y las movilizaciones infantiles en Brasil. **Praxis & Saber**, v. 10, n. 23, p. 157-176, 7 jul. 2019.

ROMAN, I. S. **Direito humano à alimentação adequada**: a proteção dos saberes locais e tradicionais para uma comida de verdade. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

REIS, A. T. Sobre a Luta, as Políticas Públicas e a Emancipação: o caso do Projeto de Assentamento Pirituba II, em Itaberá e Itapeva – SP. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p.114-144, 26 dez. 2013.

OLIVEIRA, L. P. M. **Sementes de diversidade brotando em meio às fissuras**: autonomia campezina e a construção de uma pedagogia agroecológica em assentamentos na pampa sul-riograndense. Dissertação de Mestrado – Curso de Educação em Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SÁ, L. M. Pertencimento. *In*: FERRARO JÚNIOR, L. A. (org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SANTOS, C. R., *et al.* Educação infantil: dos jardins de froebel aos campos de Araraquara-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 2, p. 269-293, 1 ago. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO ITAPEVA. Sistemas. Disponível em: <<http://www.educacao.itapeva.sp.gov.br/escolas/fund1/emterezinhademoura.html>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SHIMBO, J. Z. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso**: assentamento rural Pirituba II (SP). Dissertação de Mestrado – Geociências e Meio Ambiente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2006.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. **Gaia**, n. 17, p. 132-137, 2003.

SILVA, M. C. O jornal sem terrinha como um projeto político pedagógico de formação da criança do mst. Monografia. Belo Horizonte. UFMG, 2010.

SOARES, Sandra Maria; SENRA, Ronaldo Eustaquio Feitoza. Da teimosa resistência nasce a Escola Estadual do Campo Madre Cristina. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, p. 1-27, 2019.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 29 ago. 2022.